DIEGO SANTIAGO Y CALDO

**CONTROLE DA REPRESENTATIVIDADE ADEQUADA NAS AÇÕES
COLETIVAS: UM ESTUDO COMPARATIVO DOS SISTEMAS BRASILEIRO E
NORTE-AMERICANO**

Dissertação de Mestrado

Professor Orientador: Kazuo Watanabe

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

São Paulo – SP

2018

DIEGO SANTIAGO Y CALDO

**CONTROLE DA REPRESENTATIVIDADE ADEQUADA NAS AÇÕES
COLETIVAS: UM ESTUDO COMPARATIVO DOS SISTEMAS BRASILEIRO E
NORTE-AMERICANO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Direito Processual (“DPC”) da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre, sob orientação do professor Kazuo Watanabe.

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

São Paulo – SP

2018

Catalogação da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Caldo, Diego Santiago y

Controle da representatividade adequada nas ações coletivas : um estudo comparativo dos sistemas brasileiro e norte-americano / Diego Santiago y Caldo ; orientador Kazuo Watanabe -- São Paulo, 2018.

284

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Direito Processual) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2018.

1. Processo civil. 2. Interesse coletivo. 3. Direito comparado. I. Watanabe, Kazuo, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço ao meu orientador, professor Kazuo Watanabe, que me guiou por toda a pesquisa acadêmica com sabedoria, dedicação e paciência, bem como aos professores Ada Pellegrini Grinover (*in memoriam*) e Ricardo de Barros Leonel, cujas críticas durante a qualificação foram essenciais para lapidar o presente trabalho.

Obrigado também aos amigos do escritório Pacífico, Advogados Associados, que me auxiliaram e incentivaram durante esta jornada acadêmica, e especialmente ao Luiz Eduardo Boaventura Pacífico, com quem tenho tanto aprendido. Aos colegas de mestrado – Cláudio Oliveira, Jean Carlo, Mário Aufiero e Matheus Lima – que me proporcionaram momentos especiais de alegria e reflexão.

Agradeço aos meus pais, guardiões incansáveis que sempre estiveram ao meu lado durante os percalços da vida. Finalmente, ao Leonardo, companheiro e amigo, pela compreensão e constante apoio, elementos fundamentais para enfrentar os incontáveis desafios acadêmicos e profissionais.

“All persecution for diversity of opinions, however ridiculous or absurd they may be, is contrary to every principle of sound policy and civil freedom.” (William Blackstone).

RESUMO

CALDO, Diego Santiago y. *Controle da representatividade adequada nas ações coletivas: um estudo comparativo dos sistemas brasileiro e norte-americano*. 2018. 284 p. Dissertação (Mestrado em Direito Processual) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

Inspirado pelo direito norte-americano, o Brasil construiu um microssistema objetivando voltado à tutela de interesses metaindividuais, no qual determinados entes públicos e privados portam em juízo os anseios da sociedade, que será diretamente afetada pela decisão de mérito proferida nesses processos. É inerente à tutela supraindividual o risco de os interesses da coletividade não serem adequadamente defendidos, por deficiências próprias de seu intérprete processual ou pela ocorrência de conflitos de interesses com as mais diversas motivações. O controle da representatividade adequada surge, assim, como técnica de avaliação da qualidade daquele que atuará em nome do grupo interessado, assegurando, por consequência, a integral observância da garantia do devido processo legal. Apesar da importância da aferição da capacidade e idoneidade do porta-voz da coletividade, o Brasil não positivou o controle da suficiente representatividade, favorecendo rico debate doutrinário e jurisprudencial acerca da possibilidade de o juiz realizar essa análise, seus critérios e limites. Constitui objeto desta pesquisa a análise da representatividade adequada nos sistemas processuais estadunidense e brasileiro, como técnica garantidora da esmerada e eficaz proteção dos interesses metaindividuais por seu portador em juízo. O trabalho parte da evolução histórica da representatividade adequada, desde o Direito Romano aos mais recentes movimentos de regulamentação nos ordenamentos confrontados. Prossegue com a atual estruturação da tutela metaindividual de ambos os sistemas, e com a análise das condições da ação coletiva, dando especial ênfase à legitimidade de agir. Finalmente, aborda-se o controle da representatividade adequada nos sistemas comparados, abrangendo os critérios usualmente adotados e algumas alternativas de *lege lata* e *lege ferenda* para o aprimoramento do instituto.

Palavras-chave: Ações coletivas – Representatividade adequada – Estudo comparativo – Brasil – Estados Unidos.

ABSTRACT

CALDO, Diego Santiago y. *Control of the adequacy of representation in class actions: a comparative study of Brazilian and American law*. 2018. 284 p. Dissertação (Mestrado em Direito Processual) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

Inspired by American law, Brazil has constructed a procedure aiming at protecting collective interests, in which certain public and private entities carry in judicial court the yearnings of society, which will be directly affected by the decision rendered in these processes. It is inherent to class actions the risk of the group's interests not being adequately protected, due to deficiencies in its judicial interpreter or to the occurrence of conflicts of interests with diverse motivations. The control of the adequacy of representation thus appears as a technique for evaluating the quality of the one who will act on behalf of the group, ensuring, therefore, the full compliance with due process. In spite of the importance of measuring the capacity and suitability of the collective spokesperson in court, Brazil has not regulated the control of fair representation, favoring a rich doctrinal and jurisprudential debate about the possibility of the judge to carry out this analysis, its criteria and limits. The objective of the present research is the analysis of the adequacy of representation in American and Brazilian procedural systems as a technique to guarantee the correct and effective protection of collective interests by its holder in court. The dissertation starts from the historical evolution of the adequacy of representation, from the Roman Law to the most recent regulatory movements in the confronted systems. It continues with the current structuring of the both collective procedural laws, and with the analysis of the requirements of class actions, with special emphasis on standing. Finally, it approaches the control of the adequacy of representation in the compared systems, covering the criterias usually adopted and some alternatives of *lege lata* and *lege ferenda* for the improvement of the institute.

Key words: Class actions – Adequacy of representation – Comparative study – Brazil – United States

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. A TUTELA COLETIVA	11
2. A REPRESENTATIVIDADE ADEQUADA COMO ELEMENTO ESSENCIAL DA TUTELA COLETIVA	15
3. OBJETO DE PESQUISA E DELIMITAÇÃO DO TEMA	18
CAPÍTULO I – PERSPECTIVA HISTÓRICA DA TUTELA COLETIVA E DO CONTROLE DA REPRESENTATIVIDADE ADEQUADA	21
1. CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS	21
2. A AÇÃO POPULAR ROMANA E A GÊNESE DA REPRESENTATIVIDADE ADEQUADA	22
3. AÇÕES DE GRUPO DO DIREITO MEDIEVAL INGLÊS E A REPRESENTATIVIDADE SOCIAL/INSTITUCIONAL	24
4. AS CLASS ACTIONS NORTE-AMERICANAS	28
4.1 As ações coletivas das Equity Rules e o controle judicial da representatividade	29
4.2 Federal Rules of Civil Procedure e a consagração da representatividade adequada	32
4.3 O aprimoramento das Federal Rules of Civil Procedure	34
5. A CONSTRUÇÃO DA TUTELA JURISDICIONAL COLETIVA NO SISTEMA BRASILEIRO	38
5.1 A fundação do sistema	38
5.2 A consolidação do sistema e as primeiras discussões sobre o controle da representatividade adequada	41
5.3 Retrocessos e aprimoramentos legislativos	45
5.4 O Código de Processo Civil de 2015	48
CAPÍTULO II – A ESTRUTURAÇÃO DOS SISTEMAS PROCESSUAIS COLETIVOS	53
1. ASPECTOS GERAIS	53
2. TOPOLOGIA DOS DIREITOS TRANSINDIVIDUAIS BRASILEIROS	60
3. COISA JULGADA COLETIVA BRASILEIRA	63
3.1 Direitos difusos e coletivos stricto sensu	65
3.2 Direitos individuais homogêneos	67
3.3 A aderência das pretensões individuais à ação coletiva	71
3.4 Transporte in utilibus da coisa julgada coletiva	72
3.5 Limites territoriais da coisa julgada coletiva	73
3.6 Coisa julgada no mandado de segurança e no mandado de injunção coletivos	76
4. OS TIPOS DE AÇÕES COLETIVAS NORTE-AMERICANAS E O REGRAMENTO DA COISA JULGADA	78
4.1 Mandatory class actions	79
4.2 Non-mandatory class actions	85
CAPÍTULO III – LEGITIMIDADE	92
1. O DIREITO DE AÇÃO	92
2. CONDIÇÕES DA AÇÃO NO DIREITO BRASILEIRO	94
3. AS CONDIÇÕES DA AÇÃO NO DIREITO NORTE-AMERICANO	99
4. LEGITIMIDADE NAS AÇÕES COLETIVAS	102
4.1 Modelos de legitimidade coletiva	103
4.1.1 Legitimação pública	104
4.1.2 Legitimação privada	105
4.1.3 Legitimação mista	108
5. LEGITIMIDADE DAS AÇÕES COLETIVAS NORTE-AMERICANAS	110
5.1 O cidadão como protagonista	110
5.2 A atuação governamental suplementar	117
6. A ESCOLHA DO LEGISLADOR BRASILEIRO	119
6.1 Protagonismo de entes públicos e privados	119
6.2 O cidadão como ator coadjuvante	126
CAPÍTULO IV – REPRESENTATIVIDADE ADEQUADA NAS CLASS ACTIONS	130
1. CONSIDERAÇÕES GERAIS	130

2. CERTIFICAÇÃO E CONTROLE DA ADEQUADA REPRESENTATIVIDADE	133
2.1 Litisconsórcio impraticável	136
2.2 Existência de questões de fato ou de direito comuns à classe	141
2.3 Relação entre as pretensões e defesas do porta-voz e dos integrantes da classe	144
3. PARÂMETROS DE AFERIÇÃO DA REPRESENTATIVIDADE ADEQUADA	146
3.1 Adequação do intérprete da coletividade	147
3.2 Suficiência financeira do porta-voz da classe	151
3.3 A atuação do advogado	152
3.4 Ausência de conflitos de interesses	156
3.4.1 Conflitos envolvendo os membros do grupo e o seu porta-voz judicial	158
3.4.2 Conflitos envolvendo o advogado do grupo	162
3.5 Representatividade adequada no Private Securities Litigation Reform Act	167
4. OUTROS PARÂMETROS SUGERIDOS PELA DOUTRINA	168
5. CONSEQUÊNCIAS DA INADEQUADA REPRESENTATIVIDADE NA CLASS ACTION	173
6. REPRESENTATIVIDADE ADEQUADA E PRECLUSÃO	174
7. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A PRÁXIS FORENSE	179
CAPÍTULO V – REPRESENTATIVIDADE ADEQUADA NO DIREITO BRASILEIRO	184
1. ASPECTOS GERAIS	184
2. O JUIZ E O CONTROLE DA REPRESENTATIVIDADE ADEQUADA	191
3. NATUREZA JURÍDICA	194
4. PARÂMETROS DE CONTROLE DA REPRESENTATIVIDADE ADEQUADA	199
4.1 Pertinência temática	199
4.1.1 Das entidades associativas	202
4.1.2 Do Ministério Público	213
4.1.3 Da Defensoria Pública	221
4.2 Outros parâmetros jurisprudenciais de aferição da representatividade adequada	230
5. CRITÉRIOS SUPLEMENTARES DE CONTROLE DA REPRESENTATIVIDADE	234
6. AS CONSEQUÊNCIAS DECORRENTES DA INADEQUAÇÃO DO PORTA-VOZ DA COLETIVIDADE	241
7. REPRESENTATIVIDADE ADEQUADA NO CONTROLE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE	247
8. REPRESENTATIVIDADE ADEQUADA DO AMICUS CURIAE	251
CONCLUSÃO	259
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	266

INTRODUÇÃO

1. A TUTELA COLETIVA

As regras de direito material e processual relacionam-se de forma orgânica. Não nos referimos, obviamente, à clássica celeuma entre Carnelutti e Chiovenda sobre as teorias unitária e dualista,¹ mas sim acerca da necessidade de as normas processuais adequarem-se à evolução do direito material, a fim de permitir a construção de um processo que atue como instrumento eficaz de entrega da tutela jurisdicional.

O tradicional direito, embebido pelos ideais do humanismo e da Revolução Francesa, foi construído e pensado a partir da figura central do “indivíduo formal e individualmente livre, formal e individualmente igual, formal e individualmente pacífico – investido do exercício de direitos subjetivos, legitimando o prejuízo e acarretando a quem de outro direito subjetivo não fosse titular”.²

Dessa premissa, o processo desenvolveu-se essencialmente para solucionar conflitos individuais (entre Cássio, Tício e Mévio), permitindo a pluralização dos polos ativo e passivo de forma bastante limitada, por intermédio do litisconsórcio e de algumas hipóteses de intervenção de terceiros. Sucede que esse processo ortodoxo, pensado na legitimação individual do próprio detentor do direito subjetivo e cujo produto final em regra não prejudicava nem beneficiava terceiros, sofreu importantes mudanças.

O marco inicial desse novo paradigma processual foi erigido em 1917 com a Constituição do México, a primeira a incluir em seus dispositivos os chamados direitos sociais, como medidas relativas ao trabalho e à proteção social (jornada de oito horas, direito de associação em sindicatos, direito à greve, salário mínimo, limitação do trabalho feminino e infantil). Dois anos mais tarde, em 1919, adveio a Constituição de Weimar, na qual a ideia de igualdade formal foi complementada pela noção de isonomia material,

¹ Segundo a teoria unitária, defendida por Carnelutti, o direito material não é capaz de regular, por si só, todas as situações conflituosas, carecendo do processo para complementar o comando abstrato previsto na norma jurídica. Assim, o direito subjetivo somente surgiria mediante a prolação da sentença, que criaria o preceito jurídico aplicável ao caso concreto. Para Chiovenda, por sua vez, as normas de direito material e processual pertencem a universos distintos. As primeiras regulam a vida das pessoas na sociedade e se concretizam no momento em que um fato da vida subsume-se à hipótese abstrata nela contida, criando direitos subjetivos. As segundas servem exclusivamente para propiciar instrumentos para a efetivação da norma jurídica de direito material. Não cria direitos subjetivos, mas apenas serve como ferramenta de sua realização prática.

² GRINOVER, Ada Pellegrini. A tutela jurisdicional dos interesses difusos. In: GRINOVER, Ada Pellegrini et al. (orgs.). *Processo coletivo: do surgimento à atualidade*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014. p. 39-40.

alavancada pela máxima aristotélica de tratar os desiguais na medida de suas desigualdades, apoiando aquelas parcelas da sociedade que demandavam atenção especial do poder público.

Com o avanço do liberalismo político e a deterioração do quadro social, evidenciou-se a necessidade real de o Estado atuar positivamente (dar, fazer e prestar), com o fim de garantir igualdade material aos indivíduos. Com a migração do Estado Liberal para o Estado Social, adveio a segunda onda de direitos fundamentais (direitos econômico-sociais) para proteger as categoriais sociais mais vulneráveis, como o empregado, o menor e o idoso. O Estado Social assumiu prestações positivas a serem implementadas para atender seus objetivos sociais; de mero detentor do poder de império, passou a exercer a função de mediador e garante.³

No curso dessa renovação política, econômica e social, reconheceu-se a existência de direitos que dizem respeito a toda a sociedade, por estarem relacionados à melhora da qualidade de vida dos indivíduos, tal qual o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, à paz, à saúde e à educação.

A característica nuclear desses novos direitos é não estarem inseridos na clássica concepção de interesses públicos e privados. Não são essencialmente privados, porque pertencem indistintamente a toda coletividade, tampouco podem ser propriamente denominados públicos, pois o Estado não é seu único titular e frequentemente figura como violador desses direitos.⁴

A sociedade contemporânea, consciente dos interesses comuns a seus integrantes, passa a se organizar, proliferando novos grupos de indivíduos, com o objetivo de fazer frente contra as chamadas “tirantias da nossa época”, que não são mais exclusivas dos governantes, mas também de grandes grupos econômicos.⁵ O processo tradicional, contudo, não atendia à nova realidade instaurada pelos conflitos metaindividuais da sociedade contemporânea, demandando esforço de adaptação do instrumentário

³ Ao analisar a nova feição do Estado Contemporâneo, Norberto Bobbio assevera que “o Estado de hoje está muito mais propenso a exercer uma função de mediador e de garante, mais que a de detentor do poder de império” (BOBBIO, Norberto. *Estado, governo e sociedade*. 4.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 26).

⁴ CAPPELLETTI, Mauro. Formações sociais e interesses coletivos diante da justiça civil. Trad.: Nelson Renato Palaia Ribeiro de Campos. *Revista de Processo*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, v. 5, p. 132-136, jan.-mar. 1977.

⁵ GRINOVER, Ada Pellegrini. A tutela jurisdicional dos interesses difusos. In: GRINOVER, Ada Pellegrini *et al.* (orgs.). *Processo coletivo: do surgimento à atualidade*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014. p. 42-43. Compartilhando da mesma opinião, ver também ALVIM, Teresa Arruda. Apontamentos sobre as ações coletivas. In: GRINOVER, Ada Pellegrini *et al.* (orgs.). *Op. cit.*, p. 97.

processual.⁶

A necessidade de revolucionar o modelo processual, para o fim de permitir que interesses supraindividuais tivessem acesso à justiça, adveio do fato de que o processo sempre foi visto como ferramenta de solução de conflitos entre poucos indivíduos certos e definidos. Como consequência, segundo Mauro Cappelletti e Bryant Garth, “direitos que pertencem a um grupo, ao público em geral ou a um segmento do público não se enquadravam bem nesse esquema”, porque “as regras determinantes da legitimidade, as normas de procedimento e a atuação dos juízes não eram destinadas a facilitar as demandas por interesses difusos”.⁷

Em outras palavras, os tradicionais instrumentos processuais se mostravam ineficazes para garantir concretamente que esses novos direitos advindos do *Welfare State* tivessem acesso a métodos de resolução de disputas que produzissem resultados socialmente justos, motivando a renovação (ou revolução) no plano processual.

Percebeu-se também outro problema característico da sociedade de massa, que igualmente merecia endereçamento apropriado, consubstanciado na violação seriada de direitos individuais, pertencentes a titulares determinados, e de origem comum. A resolução dessa patologia clamava pelo desenvolvimento de uma técnica que propiciasse a substituição de inúmeras ações individuais por uma única demanda, cuja solução jurídica se aplicaria a todos os interesses homogêneos lá representados.

A resolução concentrada de conflitos diminuiria sensivelmente o risco de decisões contraditórias e o volume de processos, possibilitando resultados mais céleres, com menor dispêndio de recursos das partes envolvidas e do Poder Judiciário. Assim, incrementa-se a eficiência da tutela jurisdicional, garantindo economia e segurança processuais.

Ademais, a aglutinação dessas pretensões individuais garantiria acesso ao Poder Judiciário das lesões em massa, que infringissem diminuto prejuízo aos membros da coletividade individualmente considerados. O ajuizamento de pretensões individuais que tenham por objeto microlesões somente ocorre se o indivíduo lesado estiver motivado por um excepcional sentimento de justiça, que o faça relevar a relação custo do processo/benefício econômico decorrente da obtenção da tutela.

⁶ Para Mauro Cappelletti, nessas hipóteses, “a solução normal – o tradicional processo litigioso em Juízo – pode não ser o melhor caminho para ensejar a vindicação efetiva de direitos. Aqui, a busca há de visar reais alternativas (*stricto sensu*) aos juízos ordinários e aos procedimentos usuais” (CAPPELLETTI, Mauro. Os métodos alternativos de solução de conflitos no quadro no movimento universal de acesso à Justiça. *Revista de Processo*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, v. 74, p. 87-88, abr. 1994).

⁷ CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. *Acesso à justiça*. Trad. Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1988. p. 49-50.

A possibilidade de concentração das diversas pequenas pretensões indenizatórias, mesmo que o seu desfecho não traga benefício direto às vítimas, torna a pretensão economicamente viável, quer quanto aos custos processuais, quer quanto ao investimento de recursos do Poder Judiciário. Revela-se uma técnica de repressão efetiva de práticas ilícitas de impacto econômico individual baixo.⁸

A transformação do processo, a fim de alcançar a correta defesa dos interesses essencialmente coletivos e individuais homogêneos, deu-se pelo aperfeiçoamento de institutos tradicionais da tutela jurisdicional, tais como competência, conexão, continência e liquidação da sentença.

Os pontos mais sensíveis dessa modificação de paradigma estavam na necessidade de adoção de critérios de legitimidade e de coisa julgada substancialmente distintos daqueles que vigoram no tradicional processo individual. A ausência de um titular específico dos direitos transindividuais poderia deixá-los sem proteção jurisdicional, caso não houvesse um porta-voz próprio para promovê-la perante o Poder Judiciário. Ademais, a coisa julgada deveria assumir contornos mais amplos, para vincular positiva e/ou negativamente a todos os membros do grupo, ainda que estes não tivessem a oportunidade de participar do feito.

Da imaginação criadora de doutrinadores e legisladores desenharam-se novas formas de participação no processo – agora de natureza coletiva –, para impedir que essas questões, de consequências sociais, econômicas e políticas potencialmente vastas, ficassem à margem da tutela jurisdicional.

O principal modelo de processo coletivo foi desenvolvido nos Estados Unidos, e inserido naquele ordenamento processual em 1939, ano em que entraram em vigor as *Federal Rules of Civil Procedure*.

O sucesso do modelo norte-americano inspirou outros países que também buscavam soluções para garantir o acesso dos direitos transindividuais ao Poder Judiciário. O Brasil aderiu ao movimento de coletivização do processo a partir da técnica estadunidense, mas com adaptações pontuais a fim de compatibilizar o instrumento à nossa realidade social e jurídica.

⁸ GIDI, Antônio. *A class action como instrumento de tutela coletiva dos direitos*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007. p. 36. Em igual diapasão, William Rubenstein, Alba Conte e Herbert Newberg sustentam que “where harms are small and dispersed, the defendants can avoid liability because no individuals has sufficient incentive to sue. By avoiding liability, the defendants place the social cost of their actions on theirs. In enabling small-claim suits, class actions expose the defendants to the risk of liability and thereby deter them from engaging in wrongdoing in the first place” (RUBENSTEIN, William; CONTE, Alba; NEWBERG, Herbert H. *Newberg on Class Actions*. 5.ed. Saint Paul: Thomson Reuters, 2011. v. 1, p. 21).

2. A REPRESENTATIVIDADE ADEQUADA COMO ELEMENTO ESSENCIAL DA TUTELA COLETIVA

As ações coletivas têm forte impacto social, em razão das questões nelas debatidas (v.g. meio ambiente, relações de consumo e patrimônio cultural). Por isso, os interessados em determinado objeto litigioso podem variar de algumas dezenas até alguns milhões de pessoas, números que inviabilizariam um processo construído sob uma estrutura tradicional.

No processo civil ordinário, de viés individualista, aos litigantes devem ser oferecidos meios de participar do feito. Isto é, a eles dar-se-á ciência de todos os atos processuais praticados, como também será franqueada a oportunidade de participar do feito, formulando pedidos, alegando e produzindo provas, tudo a fim de influenciar no convencimento do magistrado que julgará a causa.

A importância dessa oportunidade de participação, em cumprimento ao princípio do devido processo legal, reside no fato de que, em regra, não se conceberia – no tradicional processo civil – a vinculação de um sujeito ao conteúdo (ou aos efeitos) de uma sentença exarada em litígio do qual não é parte e, portanto, não integrou o contraditório nele instaurado.

Sucedem que nas ações coletivas “os megainteresses não são portados em juízo por quem deles se afirma titular, mas antes por um representante legalmente credenciado”,⁹ a quem caberá participar do processo em nome dos indivíduos por ele representados. Conquanto não tenham participado formalmente do processo, os integrantes do grupo estarão vinculados ao resultado da contenda, ainda que em extensão diversa daquela que seria verificada em um processo individual.

É nesse contexto, em que há claríssima modificação das antigas regras individualistas de legitimidade e dos limites subjetivos da coisa julgada, que o controle da representatividade adequada ganha importância.

Originário do sistema norte-americano, o instituto da representatividade adequada (*adequacy of representation*)¹⁰ tem como objetivo verificar se o porta-voz da classe que

⁹ MANCUSO, Rodolfo de Camargo. *Jurisdição coletiva e coisa julgada*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007. p. 382.

¹⁰ Para alguns doutrinadores, a melhor tradução para o termo *adequacy of representation* seria *representação adequada* porque o instituto estaria ligado à forma com que o processo é conduzido em juízo, a qualidade do ato de representar no bojo da relação processual. Para esses mesmos juristas, a expressão *representatividade*

integra a relação processual possui capacidade técnica e econômica, seriedade e credibilidade para defender melhor os interesses em jogo. Versa critério exclusivamente qualitativo e não quantitativo, que apura se o representante do grupo é apto a defender suficientemente os interesses destes.¹¹

Em outras palavras, não basta ao intérprete processual da coletividade ter legitimidade para ajuizar a ação, ele deverá também demonstrar sua qualificação para representar a classe de forma suficiente e compatível com os interesses envolvidos.

Cuida-se de instituto que atua como compatibilizador dos objetivos de amplo acesso à justiça, economia e celeridade processuais alcançados pela tutela metaindividual, com o devido processo legal coletivo ou social, resultando em um processo em que os direitos dos integrantes do grupo de serem citados, ouvidos e apresentarem defesa em juízo são exercidos por intermédio de um intérprete adequado e não pessoalmente por todos os interessados.

Atua como sistema de freio, de controle, que pode ser exercido pelo juiz ou vir expressamente previsto em lei, a funcionar contra eventual abuso na utilização indiscriminada das ações coletivas.¹² É atributo que qualifica e legitima a atuação daquele

adequada seria imprópria porque traria em si forte carga sociológica e política, pois se refere ao caráter representativo do porta-voz perante o grupo, a afinidade entre os interesses do grupo e a pessoa que o representa (GIDI, Antônio. *Rumo a um Código de Processo Civil coletivo*: a codificação das ações coletivas no Brasil. Rio de Janeiro: Forense, 2008. p. 112; e CÂNDIA, Eduardo. A representação adequada no direito processual civil coletivo brasileiro e o controle judicial em cada caso concreto: uma abordagem de lege lata. In: GRINOVER, Ada Pellegrini *et al.* (coords.). *Processo Coletivo*: do surgimento à atualidade. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014. p. 720).

Parece-nos, no entanto, que é exatamente o viés sociológico e político inerente ao significado da palavra representatividade que a torna mais adequada para traduzir a expressão *adequacy of representation*, que significa, em seus múltiplos aspectos, a legitimidade atribuída a um indivíduo ou entidade (pública ou privada) fundamentada na sua habilidade para defender suficientemente determinada coletividade; no laço de afinidade entre o representante e seus representados.¹⁰ Trata-se de atributo que qualifica e legitima a atuação política daquele que, em nome próprio, vai a juízo defender os interesses de um grupo.

Representação adequada, por sua vez, remete à falsa percepção de que haveria uma relação contratual entre os integrantes da coletividade e seu porta-voz ou intérprete, tal como ocorre no negócio jurídico entre mandante e mandatário ou nos contratos de representação comercial. A tradução também induz ao relacionamento do instituto com a representação processual, que igualmente se mostra imprópria porque nela o representante atua em nome do representado para defender os direitos deste. No âmbito dos processos coletivos, o porta-voz atua em nome próprio para defender direitos titulados por terceiros e eventualmente por ele próprio.

¹¹ Nas palavras de Vincenzo Vigoriti, a representatividade adequada significa “offrire ai membri della classe rimasti estranei al giudizio la garanzia chechi agisce nell’interesse di tutti sai effettivamente capace di comunicare al giudice la dimensione reale degli interessi in gioco” (VIGORITI, Vincenzo. *Interessi collettivi e processo*: La legittimazione ad agire. Milão: Giuffrè, 1979. p. 276).

¹² MANCUSO, Rodolfo de Camargo. *Interesses difusos* – Conceito e legitimação para agir. 6.ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004. p. 213. Em sentido similar, argumentando que a representatividade adequada nasceu da necessidade de se encontrarem pesos e contrapesos, poderes e controles da atuação do porta-voz da classe, ver CAPPELLETTI, Mauro. *Formações sociais e interesses coletivos diante da justiça civil*. Trad. Nelson Renato Palaia Ribeiro de Campos. *Revista de Processo*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, v. 5, p. 149, jan.-mar. 1977.

que, em nome próprio, vai a juízo defender os interesses de um grupo social mais ou menos numeroso e que pode ou não lhe ser completamente desconhecido.

O controle da representatividade adequada não visa proteger o adversário da coletividade na relação processual de atitudes temerárias do portador dos interesses em juízo. O objetivo precípua do controle judicial da adequação do representante¹³ é resguardar os interesses dos integrantes do grupo substituído processualmente, que não podem ser prejudicados pela falta de seriedade ou idoneidade de seu porta-voz.

Muito mais do que mera formalidade processual, o controle da representatividade adequada se mostra fundamental ao prosseguimento sadio da ação metaindividual. É questão nuclear em qualquer demanda coletiva, porque supre o seu inerente déficit democrático. Com efeito, considerando que na ação supraindividual permite-se que um terceiro desconhecido defina as circunstâncias que poderão interferir na vitória ou derrota de todos os membros do grupo, a representatividade adequada surge como instrumento legitimador da sentença coletiva.¹⁴

A representatividade adequada também funciona como instrumento de concretização do escopo social do processo, pois cria condições favoráveis para que as reais insatisfações da sociedade sejam transplantadas ao processo coletivo e pacificadas por uma atividade jurisdicional desenvolvida de forma justa e mediante a observância de valores constitucionais. A inadequação do porta-voz processual da coletividade, *a contrario sensu*, compromete a missão pacificadora do processo, porque o transforma em instrumento inidôneo, que elimina o conflito de modo injusto e desconectado da realidade social, sem correspondência com a melhor solução humanamente realizável. Alimenta-se, assim, a insatisfação da sociedade em vez de ela ser fulminada ou minimizada.

É necessário deixar claro que aferir a suficiente representatividade não significa vedar o acesso ao judiciário a determinados legitimados privilegiando outros, mas sim garantir que certos direitos, em razão de sua importância político-social, sejam defendidos em juízo por aqueles efetivamente capazes de fazê-lo. Pretende-se dar a esses direitos justo e adequado acesso ao Poder Judiciário, garantindo que eles sejam objeto de um processo em que todas as garantias constitucionais (direito de ação e de defesa, contraditório e

¹³ Os termos *representante* e *representados* são utilizados no presente trabalho em seu sentido coloquial, de indivíduo (representante) que age em defesa dos interesses de outrem (representados), sem qualquer relação com o instituto da representação.

¹⁴ Nos moldes do magistério de COSTA, Susana Henriques da. O controle judicial da representatividade adequada: uma análise dos sistemas norte-americano e brasileiro. In: SALLES, Carlos Alberto de (org.). *As grandes transformações do processo civil brasileiro: homenagem ao Professor Kazuo Watanabe*. São Paulo: Quartier Latin, 2009. p. 926-927; e NAGAREDA, Richard A. Administering adequacy in class representation. *Texas Law Review*. Austin: University of Texas School of Law, v. 82, p. 288, 2003.

devido processo legal) sejam asseguradas, como forma de justificar a amplitude dos limites subjetivos da coisa julgada.¹⁵

Ocorre que, ao contrário do que acontece no sistema processual estadunidense, o controle da representatividade adequada ainda não está suficientemente regulamentado no sistema brasileiro de tutela metaindividual, restringindo-se a aspectos objetivos na atuação das entidades associativas. A jurisprudência, por sua vez, fixou balizas complementares quanto aos limites de atuação do Ministério Público e da Defensoria Pública.

A evolução legislativa e jurisprudencial do tema no Brasil, no entanto, não foi suficiente a estancar ou, ao menos, minimizar o risco de ocorrerem danos irreparáveis decorrentes da propositura de ações coletivas por atores despreparados ou maliciosos. Surge, assim, a necessidade de buscar parâmetros complementares de controle da representatividade adequada na tutela metaindividual, a fim de garantir efetiva proteção desses interesses tão relevantes à sociedade.

3. OBJETO DE PESQUISA E DELIMITAÇÃO DO TEMA

No contexto das ideias expostas, a presente dissertação versa estudo comparativo do instituto da representatividade adequada nos sistemas processuais estadunidense e brasileiro. Do resultado desse cotejo horizontal, debateremos as hipóteses já previstas de o magistrado brasileiro controlar a adequada representatividade do porta-voz do grupo litigante, a garantir a prestabilidade da tutela jurisdicional, bem como alternativas de aferição de *lege lata* e *lege ferenda*.

O tema será desenvolvido em cinco capítulos, iniciando-se com o esboço histórico da representatividade adequada e sua intrínseca relação com o desenvolvimento da tutela metaindividual, desde os seus primeiros registros no Império Romano, aos mais recentes movimentos de regulamentação nos ordenamentos jurídicos estadunidense e brasileiro.

¹⁵ Para Samuel Issacharoff, “the concept of adequate representation present in the rules is anything other than the level of constitutional protection of absent class members interests necessary to deem their virtual participation in litigation fundamentally fair” (ISSACHAROFF, Samuel. *Governance and legitimacy in the law of class actions. The Supreme Court Review*. Chicago: The University of Chicago Press, v. 1999, p. 353, 1999). Em igual diapasão, relacionando o controle da representatividade adequada com a amplitude dos limites subjetivos da coisa julgada, vide VIGORITI, Vincenzo. *Interessi collettivi e processo: La legittimazione ad agire*. Milão: Giuffrè, 1979. p. 266; COSTA, Susana Henriques da. O controle judicial da representatividade adequada: uma análise dos sistemas norte-americano e brasileiro. In: SALLES, Carlos Alberto de (org.). *As grandes transformações do processo civil brasileiro: homenagem ao professor Kazuo Watanabe*. São Paulo: Quartier Latin, 2009. p. 927; RUBENSTEIN, William; CONTE, Alba; NEWBERG, Herbert H. *Newberg on Class Actions*. 5.ed. Saint Paul: Thomson Reuters, 2011. v. 1, p. 321; e LEONEL, Ricardo de Barros. *Manual de Processo Coletivo*. 2.ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011. p. 163-164.

O Capítulo II aborda a atual estruturação da tutela metaindividual nos ordenamentos comparados, partindo de uma classificação mais generalista e comum a ambos, para em seguida analisar as individualidades de cada um dos sistemas. Ainda sob a ótica comparativista, o Capítulo III é dedicado às condições da ação coletiva, com especial ênfase ao instituto da legitimidade e suas modalidades.

A aferição do controle da representatividade adequada no direito coletivo norte-americano é analisada no Capítulo IV, abrangendo não apenas os critérios usualmente adotados, mas também as propostas para aprimoramento do instituto. O atual estado da arte no âmbito do ordenamento brasileiro, sua natureza jurídica e aspectos procedimentais são apresentados no Capítulo V, como também outros parâmetros possíveis de controle da justa representatividade dos interesses metaindividuais.

Desde logo urge salientar que o presente estudo não se afastará, por óbvio, do necessário juízo crítico que deve permear trabalhos desse jaez. Não se pretende efetuar uma comparação neutra das similitudes e diferenças dos sistemas normativos, mas sim “a consideração do efetivo funcionamento dos sistemas e dos institutos, das opções subjacentes de política jurídica, das orientações da prática e dos princípios gerais que fundam a validade e a efetividade dos ordenamentos confrontados”.¹⁶

Evidentemente, não se incorrerá no “deslumbramento ingênuo que impele à imitação acrítica de modelos estrangeiros”,¹⁷ mas na busca de elementos que possam beneficiar o ordenamento processual brasileiro partindo da tradição estadunidense, sem desprezar as nossas particularidades.

No transcorrer do trabalho, enfrentaremos o problema – sempre presente no método comparativo¹⁸ – da tradução de conceitos jurídicos, muitos deles intraduzíveis em razão da inexistência de institutos similares no sistema jurídico brasileiro. *Justiciability*, *ripeness*, *mootness* e *certification* são apenas alguns dos muitos elementos processuais norte-americanos abordados no presente estudo que não possuem equivalência no Direito nacional.

¹⁶ TARUFFO, Michele. Observações sobre os modelos processuais de Civil Law e de Common Law. Trad. José Carlos Barbosa Moreira. *Revista de Processo*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, v. 110, p. 142, abr.-jun. 2003.

¹⁷ MOREIRA, José Carlos Barbosa. O futuro da justiça: alguns mitos. In: *Temas de Direito Processual*. São Paulo: Saraiva, 2004. Oitava série, p. 7.

¹⁸ Os desafios da comparação entre institutos similares presentes em ordenamentos de tradições jurídicas diferentes são analisados com profundidade em CAPPELLETTI, Mauro. *O processo civil no direito comparado*. Trad. Hiltomar Martins Oliveira. Belo Horizonte: Líder, 2001. p. 14; e em SACCO, Rodolfo. *Introdução ao Direito Comparado*. Trad. Véra Jacob de Fradera. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2001. p. 53-58.

Tratando-se de obra dedicada ao processo civil comparado, outra questão a ser enfrentada diz respeito à análise comparativa de institutos pertencentes a tradições jurídicas distintas (de um lado, o direito anglo-saxônico e, de outro, o romano-germânico) e nem sempre facilmente confrontáveis entre si.

Para finalizar essas considerações iniciais, a possibilidade de aferição e controle da representatividade adequada é de inquestionável importância como técnica de compatibilização do processo coletivo com o princípio do devido processo legal, especialmente ao considerar os amplos limites subjetivos da coisa julgada.

A atualidade e importância da discussão também exsurge das recentes tentativas de atualização da parte processual do Código de Defesa do Consumidor e da Lei da Ação Civil Pública, cujos anteprojetos previam o controle da suficiente representatividade, além da entrada em vigor do novel Código de Processo Civil, que, a despeito de não regulamentar a tutela transindividual, trouxe institutos que clamam pela identificação de um representante adequado.

CONCLUSÃO

Sintetizando as questões discutidas ao longo dos capítulos precedentes, concluímos que:

1. Nas ações coletivas, o instituto da representatividade significa a qualidade com que os interesses da coletividade são portados e traduzidos pelo legitimado em juízo. Em razão de os direitos serem defendidos por um porta-voz do grupo, que não obrigatoriamente o integra, há a necessidade de que a sua atuação seja idônea, zelosa e compatível com as pretensões daqueles por ele substituídos, como se todos tivessem participado do contraditório. A representatividade adequada, portanto, atua como ferramenta harmonizadora do processo coletivo com o princípio do devido processo legal.

Sua função não é impedir ou dificultar o acesso à justiça dos interesses metaindividuais, mas garantir que as reais necessidades da sociedade sejam corretamente transplantadas à demanda coletiva, a despeito do déficit democrático naturalmente existente na tutela desses direitos.

2. Conquanto os primeiros registros do controle da representatividade adequada nas ações coletivas tenham surgido no Direito Romano, o instituto somente se desenvolveu de forma aprofundada no direito anglo-saxão, no momento em que os interesses da coletividade não mais eram defendidos pelos líderes comunitários ou religiosos ou ainda por aqueles indicados nos estatutos de associações e sociedades (representatividade social/institucional), mas sim por um terceiro desconhecido, que ingressa com sua pretensão no Poder Judiciário intitulando-se representante de um grupo numeroso, porque seu interesse é similar ao dos demais, quer por integrar a mesma relação jurídica, quer por ter sofrido dano idêntico.

Com isso, as organizações sociais, que eram preexistentes aos conflitos e tinham um intérprete judicial já definido, passaram a ser constituídas após a judicialização da questão, por pessoas completamente desconhecidas entre si, fazendo emergir a necessidade de verificar a capacidade de o representante automeado defender adequadamente os interesses dos demais.

Foi nesse contexto histórico que o controle da representatividade adequada adveio como elemento essencial da tutela de interesses coletivos, inicialmente de forma inominada, aparecendo apenas em registros jurisprudenciais do Direito inglês e estadunidense, e posteriormente regulado pela *Rule 23* das *Federal Rules of Civil*

Procedure dos Estados Unidos, como requisito processual próprio para a certificação de uma pretensão como metaindividual.

3. Relaciona-se com os demais requisitos de certificação do processo coletivo norte-americano, mas com eles não se confunde. Ao demonstrar o cumprimento de cada um dos pressupostos previstos na *Rule 23*, o intérprete do grupo mostra que conhece os principais elementos identificadores de seus membros, descrevendo a sua quantidade (*numerosity*), os laços de homogeneidade entre as pretensões dos integrantes da coletividade (*commonality*), bem como que ele igualmente compartilha desses mesmos interesses (*typicality*). Logo, pode habilitar-se para defender os interesses do grupo em uma contenda judicial.

4. A adoção pelo sistema norte-americano de um modelo de legitimação predominantemente privado – no qual qualquer indivíduo pode ajuizar ação coletiva em benefício de grupo do qual ele acredita fazer parte e que tenha sofrido dano com iguais características – criou cenário propício ao profundo desenvolvimento do controle da representatividade, necessário em razão dos amplos contornos da coisa julgada metaindividual, que afeta a todos os integrantes da coletividade cujos interesses tenham sido defendidos em juízo pelo intérprete judicial, com exceção daqueles que exerceram o seu direito de autoexclusão da classe, se possível.

As particularidades do sistema estadunidense demandavam a criação de um instituto que permitisse aos magistrados verificar se os interesses dos membros ausentes da coletividade estavam sendo defendidos com zelo, seriedade e idoneidade por seu autointitulado porta-voz, a estabelecer a presunção de que todos os interessados naquele litígio integraram virtualmente o contraditório, legitimando, assim, os amplos limites subjetivos da coisa julgada, independentemente do seu resultado.

5. A partir do julgamento pela Suprema Corte estadunidense do emblemático caso *Hansberry v. Lee*, na década de 1940, a jurisprudência passou a construir diversas balizas para orientar o magistrado a identificar se aquele portador dos interesses em juízo teria os atributos necessários a qualificar sua atuação em defesa dos interesses de uma coletividade e, assim, permitir a extensão dos efeitos da coisa julgada aos membros ausentes do grupo.

Idoneidade, defesa combativa dos interesses em jogo, inexistência de conflitos de interesses, capacidade financeira e qualidade da atuação técnica são apenas alguns dos parâmetros desenvolvidos pela jurisprudência nestes quase 80 anos de práxis forense e que podem ser utilizados pelo juiz processante da ação coletiva. Os critérios de aferição da representatividade adequada nos Estados Unidos se referem ao intérprete dos interesses

metaindividuais e também ao seu advogado, cuja atuação é decisiva para a efetiva defesa dos direitos da classe.

Nos últimos anos, a doutrina vem desenvolvendo critérios complementares de aferição da representatividade adequada, com o objetivo de permitir que a questão seja avaliada por outros pontos de vistas, inclusive sugerindo a intervenção de terceiros independentes para assumir o exercício dessa verificação, ou a adoção de fórmulas consequencialistas ou inspiradas no amálgama de princípios filosóficos e econômicos.

6. No entanto, não obstante o quase octogenário reconhecimento do controle da representatividade como elemento de importância ímpar à compatibilização do processo coletivo com o princípio do devido processo legal, verificou-se que ele tem sido exercitado com certo descaso por parte dos magistrados, que, em muitas oportunidades, preferem presumir a adequação do porta-voz do grupo em vez de aferi-la constantemente. Somente nas hipóteses em que há efetiva impugnação da adequação da representatividade do intérprete da classe ou quando a coisa julgada coletiva é questionada pela via do *collateral attack* é que os juízes norte-americanos têm se dedicado a avaliar se os interesses da coletividade ausente estão sendo ou foram suficientemente defendidos.

7. No Brasil, apenas a partir da década de 1960 é que se percebeu a necessidade de serem criados instrumentos adequados e efetivos para a tutela dos interesses coletivos, dando ensejo à promulgação da Lei da Ação Popular como primeiro pilar infraconstitucional de construção da tutela metaindividual no país. A partir daí, foi se delineando o microssistema de processos coletivos brasileiro, inspirado na longa experiência norte-americana sobre o tema, mediante a entrada em vigor de diversas leis esparsas compatíveis com as bases principiológicas estabelecidas pela Constituição Federal de 1988, e com o contexto social e jurídico brasileiro.

8. A despeito de ter bebido da fonte estadunidense, o legislador pátrio optou por adotar um sistema fechado e eclético de legitimação extraordinária, pela via da substituição processual, franqueando apenas a determinadas entidades públicas e privadas (para o ajuizamento de ações coletivas e do mandado de segurança coletivo) e ao cidadão (exclusivamente para a ação popular) o exercício do direito de ação coletiva, em contraponto à legitimidade ampla, privatista e ordinária do sistema norte-americano.

Os limites da coisa julgada coletiva brasileira também foram firmados de forma mais temperada que a estadunidense. Em primeiro lugar, ao estabelecer que a sentença transitada em julgado produz efeitos *erga omnes* ou *ultra partes*, a depender do interesse objeto do litígio, exceto se a improcedência decorrer de falta de provas, porque, nesse caso,

outra ação poderá ser proposta. Em segundo lugar, a improcedência dos pedidos por qualquer fundamento não prejudicará as pretensões individuais, exceto quanto aos interessados que intervieram como assistentes litisconsorciais na ação coletiva.

9. O Brasil não adotou expressamente o controle da representatividade adequada como condição própria da ação coletiva, tampouco como pressuposto processual de validade do processo metaindividual. Por ocasião do processo legislativo, preferiu-se votar e aprovar projeto elaborado por integrantes do Ministério Público, que não previu a possibilidade de aferição *ope iudicis* da qualidade com que os interesses da coletividade são portados em juízo, em detrimento do Projeto Bierrenbach, que vislumbrava tal controle de forma limitada. Estabeleceu-se, assim, a presunção de que os legitimados seriam representantes adequados para invocar a tutela jurisdicional supraindividual.

10. Isto é, de um lado, a *adequacy of representation* do sistema norte-americano é um conceito juridicamente indeterminado, a ser avaliado no caso concreto pelo convencimento motivado do juiz e a partir das balizas construídas pela jurisprudência. De outro, os requisitos exigidos pelo nosso direito positivo, a princípio, estariam previamente fixados em lei e de forma objetiva, mediante o rol taxativo de legitimados coletivos.

11. A prática brasileira demonstrou, no entanto, que a legitimidade fechada e o temperamento da coisa julgada coletiva são insuficientes para garantir o desenvolvimento sadio do processo, expondo a sociedade a manifesto risco de dano irreparável. Ainda que não haja colusão entre as partes litigantes – que caracterizaria o uso patológico da tutela coletiva – é comum identificar pretensões metaindividuais mal ajuizadas por legitimados despreparados, conduzidas de forma precária, ou cujos pedidos não traduzem as verdadeiras necessidades sociais.

Ademais, a rejeição pelo mérito das pretensões ajuizadas por esses autores inaptos nem sempre é motivada por deficiência probatória, impedindo que elas sejam novamente propostas por outros legitimados. Nas demandas envolvendo direitos individuais homogêneos, ainda que a improcedência decorra diretamente da ausência de provas, os legitimados coletivos estão impedidos de promover nova ação com o mesmo objeto, em razão da inexistência de coisa julgada *secundum eventum probationis*.

Nesse contexto, concluímos ser acertado o posicionamento segundo o qual, embora não esteja explicitamente regulado em lei, o controle da representatividade adequada pode e deve ser feito pelo magistrado brasileiro para garantir a aptidão do porta-voz processual à defesa eficiente dos interesses da sociedade e em sintonia com as expectativas desta, como forma de atender ao princípio constitucional do devido processo legal.

12. A carência de adequada representatividade não afeta os limites subjetivos da coisa julgada coletiva, tal como ocorre no direito norte-americano, mas atinge o ponto nuclear levado em consideração pelo legislador brasileiro para definir o rol taxativo de legitimados a invocar a tutela coletiva: sua presumida qualificação para defender com vigor e tecnicidade os interesses que são tão caros à sociedade.

Considerando que as entidades públicas e privadas autorizadas a invocar a tutela coletiva detém legitimidade a partir da presunção relativa de capacidade em proteger suficientemente os interesses da sociedade, e não da afirmação de titularidade do direito, é correto dizer que a inadequação do representante da coletividade implica a extinção do processo, sem resolução de mérito, diante da carência de ação por ilegitimidade.

Antes de lançar mão dessa solução extremada, entretanto, é dever do magistrado buscar alternativas que viabilizem a apropriada representatividade dos direitos da coletividade interessada no litígio, seja determinando a substituição do porta-voz do grupo, como ocorre no direito norte-americano, eventualmente anulando determinados atos ou fases processuais; seja adotando postura ativa para suprir deficiências pontuais quanto à formulação da causa de pedir, do pedido e das provas a serem produzidas. Tudo isso amparado na garantia do devido processo legal e na necessidade de garantir acesso qualificado à justiça dos interesses supraindividuais, na perspectiva da tutela jurisdicional justa e efetiva.

13. Embora careça de expressa regulamentação, a avaliação judicial da representatividade adequada não é vedada pelo sistema processual brasileiro e vem sendo praticada sob mais distintos vieses. Em razão da relevância dos direitos tutelados e da existência de fragilidades na legislação pátria, entendemos ser de vital importância que o juízo processante da ação coletiva tenha uma postura ativa, não se limitando apenas a verificar os fatos e aplicar a lei, mas também a apurar se os direitos coletivos estão sendo defendidos de forma escorreita, independentemente de a coletividade estar no polo ativo ou passivo da relação processual.

No âmbito da pertinência temática entre o objeto do processo e as finalidades institucionais de associações civis, do Ministério Público e da Defensoria Pública, o controle vem sendo feito de modo iterativo, havendo robusto acervo jurisprudencial sobre o tema. Mais recentemente, insuflados pela melhor doutrina sobre o tema, os tribunais têm adotado novos critérios de aferição da suficiente representatividade, avaliando a existência de conflitos de interesses entre o porta-voz e os substituídos processualmente e a seriedade dos entes associativos.

14. Assim como no direito norte-americano, o controle brasileiro da representatividade adequada carece de aprimoramentos, através da identificação de novos parâmetros de verificação da competência dos legitimados em defenderem suficientemente os interesses da coletividade.

A esse respeito, é possível de *lege lata* que o controle judicial da legitimação dos entes associativos também avalie sua seriedade e idoneidade a partir da sua trajetória concreta e efetiva rumo à defesa de interesses metaindividuais, da capacidade financeira, bem como do respaldo recebido do grupo social.

É igualmente viável no nosso sentir a averiguação da compatibilidade da pretensão ajuizada com os concretos interesses da coletividade substituída processualmente, inclusive nas ações propostas por entes públicos, como o Ministério Público, a Defensoria e outros órgãos vinculados à administração pública direta ou indireta, amparada na premissa de se certificar a perfeita tradução em juízo dos anseios da sociedade.

Como visto no decorrer deste trabalho, algumas dessas novas balizas já estão despontando na jurisprudência, ainda que de forma tímida.

Conclui-se ainda de suma importância que a atuação do profissional com capacidade postulatória, que peticiona no processo em nome do legitimado coletivo, igualmente sirva como critério de aferição da representatividade adequada, seja ele patrono das associações ou do cidadão autor da ação popular, representante do Ministério Público e da Defensoria Pública, ou ainda do procurador da União, Estados, Municípios e do Distrito Federal. O patrocínio errático dos direitos do grupo descaracteriza a atividade constitucional desses atores, porque os afasta do papel de guardiões dos interesses da sociedade e de profissionais indispensáveis à justiça.

Outras alternativas sugeridas pela doutrina para o controle *ope iudicis* da representatividade adequada, salvo melhor juízo, recomendam a alteração das regras atualmente vigentes por criarem exceções à formação da coisa julgada coletiva. Enquadram-se aqui as propostas que alvitram de o próprio juiz determinar se a sua sentença fará coisa julgada material, a depender da aptidão do porta-voz coletivo, e que aventam a formação de mera *res judicata* formal nas hipóteses em que os interesses coletivos não forem protegidos com seriedade e idoneidade durante o litígio. A despeito da impossibilidade de aplicação das referidas propostas no atual contexto legislativo, ambas sinalizam pontos interessantes para reflexão de *lege ferenda*. Como consequência, no atual estado do direito processual coletivo brasileiro, não há espaço para a formulação de ataques diretos (*direct attack*) ou colaterais (*collateral attack*) à coisa julgada

metaindividual pela inadequação do porta-voz do grupo, tal como no direito norte-americano.

15. Verificamos que o controle da representatividade adequada também está presente no controle concentrado de constitucionalidade, modalidade especial de ação coletiva, em que o objeto do processo igualmente emana relevância social; em que há a atuação de um legitimado extraordinário por substituição processual; e cuja coisa julgada possui amplíssimos limites subjetivos, sem os temperamentos previstos na Lei da Ação Civil Pública e no Código de Defesa do Consumidor.

Nessa hipótese, a aferição da representatividade adequada tem sido realizada exclusivamente pela avaliação da pertinência temática entre as finalidades institucionais de alguns dos legitimados com o objeto do litígio, havendo espaço, no entanto, para que outros matizes dos legitimados extraordinários sejam averiguados, como sua seriedade e performance.

A avaliação da suficiente representatividade no controle concentrado de constitucionalidade visa garantir o cumprimento ao princípio do devido processo legal, a fim de evitar a ocorrência de prejuízos à sociedade decorrentes do reconhecimento com efeitos *erga omnes* da constitucionalidade de uma norma manifestamente incompatível com a Constituição Federal ou o inverso.

16. Finalmente, o controle da representatividade também se encontra na essência da intervenção do *amicus curiae*, terceiro cujo ingresso na relação processual depende da demonstração de sua capacidade em contribuir positivamente com o aporte de informações que permitam ao magistrado proferir uma sentença pluralista, a refletir a realidade social que frequentemente transborda os limites das informações trazidas pelas partes em suas manifestações. Busca-se, dessa feita, ampliar e enriquecer o contraditório a partir da participação da sociedade no processo.

A relação entre a intervenção do *amicus curiae* e o ajuizamento de ações coletivas reside no fato de que, em ambos os casos, o interesse público é trazido ao processo por um terceiro, cuja atuação trará inegáveis reflexos sociais. Entretanto, o controle da representatividade do *amicus curiae* não versa a aptidão do terceiro em representar ou defender os interesses de jurisdicionados substituídos processualmente, mas sim a avaliação da qualidade do terceiro para contribuir objetivamente com o juízo na busca pela melhor solução ao caso concreto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Gregório Assagra de. *Codificação do direito processual coletivo brasileiro*. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.
- _____. *Direito Processual Coletivo Brasileiro – um novo ramo do direito processual*. São Paulo: Saraiva, 2003.
- ALMEIDA, Gustavo Milaré. *Poderes instrutórios do Ministério Público nas ações coletivas*. São Paulo: Atlas, 2010.
- ALVIM, Eduardo Arruda. Apontamentos sobre o processo das ações coletivas. In: MAZZEI, Rodrigo; NOLASCO, Rita Dias (coords.). *Processo civil coletivo*. São Paulo: Quartier Latin, 2005. p. 28-65.
- _____. *Curso de Direito Processual Civil*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1999. v. 1.
- ALVIM, Teresa Arruda. Apontamentos sobre as ações coletivas. In: GRINOVER, Ada Pellegrini *et al.* (orgs.). *Processo Coletivo: do surgimento à atualidade*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014. p. 97-110.
- ALVIM NETTO, José Manoel de Arruda. Coisa julgada nas ações coletivas e identidade de causas entre ação civil pública e ação popular. In: MILARÉ, Édis. *Ação civil pública após 30 anos*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015. p. 105-124.
- _____. *Tratado de direito processual civil*. 5.ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1990. v. 1.
- ALVIM NETTO, José Manoel de Arruda *et al.* *Código do Consumidor comentado*. 2.ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1995.
- APPIO, Eduardo. *A ação civil pública no Estado Democrático de Direito*. Curitiba: Juruá, 2005.
- ARAÚJO, Rodrigo Mendes de. *A representação adequada nas ações coletivas*. Salvador: JusPodivm, 2013.
- ARENHART, Sérgio Cruz. *A tutela coletiva de interesses individuais*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.
- ARMELIN, Donaldo. *Legitimidade para agir no direito processual civil brasileiro*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1979.
- AZEVEDO, Luiz Carlos de. *Introdução à história do direito*. 2.ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.
- BARROSO, Luis Roberto. A proteção do meio ambiente na Constituição Brasileira. *Revista Forense*. Rio de Janeiro: Renovar, v. 317, p. 161-178, jan.-mar. 1992.

- BARROSO, Luis Roberto. *Controle de Constitucionalidade no direito brasileiro*. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
- BASSETT, Debra Lyn. The defendant's obligation to ensure adequate representation in class actions. *UMKC Law Review*. Kansas: University of Missouri-Kansas City, v. 74, p. 511-541, 2005-2006.
- _____. When reform is not enough: assuring more than merely 'adequate' representation in class action. *Georgia Law Review*. Athens: University of Georgia School of Law, v. 28, p. 927-991, 2004.
- BEDAQUE, José Roberto dos Santos. *Direito e processo: influência do direito material sobre o processo*. São Paulo: Malheiros, 1995.
- _____. Legitimidade processual e legitimidade política. In: SALLES, Carlos Alberto de (org.). *Processo civil e interesse público*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003. p. 101-112.
- _____. Pressupostos processuais e condições da ação. *Revista da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo*. São Paulo, v. 35, p. 183-211, 1991.
- BENJAMIN, Antônio Herman V. A citizen action norte-americana e a tutela ambiental. *Revista de Processo*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, v. 62, p. 61-78, abr.-jun. 1991.
- BLYDENBURGH, Candace A. Class actions: a look at past, present and future trends. In: *Recent trends in class action lawsuits*. Nova York: Thomson Reuters/Aspatore, 2015. p. 55-72.
- BOBBIO, Norberto. *Estado, governo e sociedade*. 4.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BUENO, Cassio Scarpinella. *Amicus Curiae no processo civil brasileiro: um terceiro enigmático*. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
- _____. As class actions norte-americanas e as ações coletivas brasileiras: pontos para uma reflexão conjunta. *Revista de Processo*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, v. 82, p. 92-151, abr.-jun. 1996.
- BURCH, Elizabeth Chamblee. Procedural adequacy. *Texas Law Review*. Austin: University of Texas School of Law, v. 88, p. 1-9, 2010.
- BURNS, Jean Wegman. Decorative figureheads: eliminating class representatives in class actions. *The Hastings Law Journal*. São Francisco: UC Hastings College of the Law, v. 42, p. 165-202, 1992.
- CAENEGEM, Raoul C. *The birth of the English common law*. 2.ed. Cambridge: Cambridge Press, 1988.

CALDO, Diego Santiago y. O veto ao incidente de coletivização e a chance perdida para solucionar o fenômeno das ações individuais repetitivas. *Revista dos Tribunais*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, v. 965, p. 37-60, mar. 2016.

CAMERON, Camille; KALAJDZIC, Jasminka; KLEMENT, Alon. Economic enablers. In: HENSLER, Deborah R.; HODGES, Christopher; TZANKOVA, Ianika (Ed.). *Class action in context: how culture, economics and politics shape collective litigation*. Northampton: Edward Elgar, 2016. p. 137-169.

CÂNDIA, Eduardo. A representação adequada no direito processual civil coletivo brasileiro e o controle judicial em cada caso concreto: uma abordagem de lege lata. In: GRINOVER, Ada Pellegrini *et al.* (coords.). *Processo Coletivo: do surgimento à atualidade*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014. p. 719-748.

_____. *Deficit coletivo na tutela jurídico-coletiva periférica*. Tese de Doutorado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 2016.

_____. *Legitimidade ativa na Ação Civil Pública*. Salvador: JusPodivm, 2013.

CAPPELLETTI, Mauro. Appunti sulla tutela giurisdizionale di interessi collettivi o diffusi. In: *Le azioni a tutela di interessi collettivi: atti del Convegno di studio* (Pavia, 11-12 giugno 1974). Padova: Cedam, 1976. p. 191-222.

_____. O acesso dos consumidores à justiça. *Revista de Processo*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, v. 62, p. 205-220, abr.-jun. 1991.

_____. Formações sociais e interesses coletivos diante da justiça civil. Trad. Nelson Renato Palaia Ribeiro de Campos. *Revista de Processo*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, v. 5, p. 128-159, jan.-mar. 1977.

_____. *O processo civil no direito comparado*. Trad. Hiltomar Martins Oliveira. Belo Horizonte: Líder, 2001.

_____. Os métodos alternativos de solução de conflitos no quadro no movimento universal de acesso à Justiça. *Revista de Processo*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, v. 74, p. 82-97, abr. 1994.

_____. *The judicial process in comparative perspective*. Oxford: Clarendon Press, 1989.

_____. Vindicating the public interest through the courts: a comparativist's contribution. *Buffalo Law Review*. Buffalo: University of Buffalo Law School, v. 25, p. 643-690, 1975-1976.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. *Acesso à justiça*. Trad. Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1988.

CARDOSO, Oscar Valente. O amicus curiae nos juizados especiais federais. *Revista Dialética de Direito Processual*. São Paulo: Dialética, v. 60, p. 102-112, mar. 2008.

- CARNEIRO, Paulo Cesar Pinheiro. *O Ministério Público no processo civil e penal: promotor natural, atribuição e conceito com base na Constituição de 1988*. 5.ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999.
- CARNELUTTI, Francesco. *As misérias do Processo Penal*. Campinas: Servanda, 2012.
- _____. *Instituições do Processo Civil*. Trad. Adrián Sotero de Witt Batista. São Paulo: Classic Book, 2000. v. II.
- CARUCCI, Anthony J. A functional approach to adequacy of representation. *Journal of legislation*. Notre Dame: University of Notre Dame Law School, v. 40, p. 164-190, 2014.
- CHAFFEE JR., Zechariah. *Some Problems of Equity*. Ann Arbor: University of Michigan Law School, 1950.
- CHAYES, Abram. The role of the judge in public law litigation. *Harvard Law Review*. Cambridge: Harvard Law Review Association, v. 89, p. 1281-1316, 1976.
- CHIOVENDA, Giuseppe. *Instituições de direito processual civil*. Trad. J. Guimarães Menegale. 3.ed. São Paulo: Saraiva. v. 1.
- CIANCI, Mirna; ALMEIDA, Gregório Assagra de. *Direito processual do controle da constitucionalidade*. São Paulo: Saraiva, 2011.
- CINTRA, Antônio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. *Teoria geral do processo*. 31.ed. São Paulo: Malheiros, 2015.
- COFFEE JR., John C. Class action accountability: reconciling exit, voice, and loyalty in representative litigation. *Columbia Law Review*. Nova York: Columbia University Press, v. 100, p. 370-439, 2000.
- _____. When smoke gets in your eyes: myth and reality about the synthesis of private counsel and public client. *DePaul Law Review*. Chicago: DePaul University College of Law, v. 51, p. 241-252, 2002.
- COLE, Eva W. The class action mechanism and courts' continued focus on class certification and settlement requirements. In: *Recent trends in class action lawsuits*. Nova York: Thomson Reuters/Aspatore, 2015. p. 115-150.
- COMOGLIO, Luigi Paolo. Garanzie minime del giusto processo civile negli ordinamenti ispanolatinoamericani. *Revista de Processo*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, v. 112, p. 159-176, out.-dez. 2003.
- COOPER, Edward H. The (cloudy) future of class actions. *Arizona Law Review*. Tucson: University of Arizona James E. Rogers College of Law, v. 40, p. 923-963, 1998.
- COSTA, Susana Henriques da. O controle judicial da representatividade adequada: uma análise dos sistemas norte-americano e brasileiro. In: SALLES, Carlos Alberto de

(org.). *As grandes transformações do processo civil brasileiro: homenagem ao Professor Kazuo Watanabe*. São Paulo: Quartier Latin, 2009. p. 954-978.

COSTA, Susana Henriques da. A representatividade adequada e litisconsórcio – O projeto de Lei n. 5.139/2009. In: GOZZOLI, Maria Clara *et al.* (coords.). *Em defesa de um novo sistema de processos coletivos: Estudos em homenagem a Ada Pellegrini Grinover*. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 619-642.

COSTA, Susana Henriques da; FRANCISCO, João Eberhardt. Uma hipótese de defendant class action no CPC? O papel do Ministério Público na efetivação do contraditório nas demandas possessórias propostas em face de pessoas desconhecidas. *Revista de Processo*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, v. 250, p. 315-337, dez. 2015.

CRUMP, David. What really happens during class certification? A primer for the first-time defense attorney. *The review of litigation*. Austin: University of Texas School of Law, v. 10, p. 1-19, 1990-1991.

CRUZ E TUCCI, José Rogério. *Class action e mandado de segurança coletivo*. São Paulo: Saraiva, 1990.

_____. *Limites subjetivos da eficácia da sentença e da coisa julgada civil*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006.

CRUZ E TUCCI, José Rogério; AZEVEDO, Luiz Carlos de. *Lições de história do processo civil romano*. 2.ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

CUENCA, Humberto. *Proceso Civil Romano*. Buenos Aires: Ediciones Jurídicas Europa-America, 1957.

CUNHA, Leonardo José Carneiro da. *Interesse de agir na ação declaratória*. Curitiba: Juruá, 2002.

DALL'AGNOL JUNIOR, Antônio Janyr; USTÁRROZ, Daniel; PORTO, Sérgio Gilberto. Afirmação do amicus curiae no direito brasileiro. In: DIDIER JR., Fredie; CERQUEIRA, Luis Otávio Sequeira de; CALMON FILHO, Petrônio *et al.* (coords.). *O terceiro no processo civil brasileiro e assuntos correlatos: Estudos em homenagem ao professor Athos Gusmão Carneiro*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010. p. 113-123.

DANA, David. A. Adequacy of representation after Stephenson: a Rawlsian/behavioral economics approach to class action settlements. *Emory Law Journal*. Atlanta: Emory University School of Law, v. 55, p. 279-346, 2006.

DENTI, Vittorio. Giustizia e partecipazione nella tutela dei nuovi diritti. In: GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel; WATANABE, Kazuo (coords.). *Participação e processo*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1988. p. 11-23.

_____. Relazione introduttiva. In: *Le azioni a tutela di interessi collettivi: atti del Convegno di studio* (Pavia, 11-12 giugno 1974). Padova: Cedam, 1976. p. 3-12.

DIDIER JR., Fredie. O controle jurisdicional da legitimação coletiva e as ações coletivas passivas (o art. 82 do CDC). In: MAZZEI, Rodrigo; NOLASCO, Rita Dias (coords.). *Processo civil coletivo*. São Paulo: Quartier Latin, 2005. p. 96-107.

_____. *Curso de direito processual civil*. 19.ed. Salvador: JusPodivm, 2017. v. 1.

DIDIER JR., Fredie; ZANETI JR., Hermes. *Curso de direito processual civil*. 8.ed. Salvador: JusPodivm, 2013. v. 4.

DINAMARCO, Cândido Rangel. *A reforma da reforma*. São Paulo: Malheiros, 2002.

_____. *A instrumentalidade do processo*. 13. ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

_____. *Instituições de direito processual civil*. 7.ed. São Paulo: Malheiros, 2016. v. I.

_____. *Instituições de direito processual civil*. 7.ed. São Paulo: Malheiros, 2017. v. II.

_____. *Litisconsórcio*. 8.ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

DINAMARCO, Pedro da Silva. *Ação civil pública*. São Paulo: Saraiva, 2001.

_____. Comentário ao art. 1º da Lei 4.717/65. In: COSTA, Susana Henriques da (coord.). *Comentários à Lei da Ação Civil Pública e lei da ação popular*. São Paulo: Quartier Latin, 2006. p. 30-66.

ERBSEN, Allan. From “predominance” to “resolvability”? A new approach to regulating class actions. *Vanderbilt Law Review*. Nashville: Vanderbilt University Law School, v. 58, p. 995-1088, 2005.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. *The adequacy of representation in capital cases*. Hearing before the subcommittee on the Constitution of the committee on the Judiciary – United States Senate. Washington: U.S. Government Printing Office, 2008.

FENSTERSEIFER, Tiago. *Defensoria pública, direitos fundamentais e ação civil pública*. São Paulo: Saraiva, 2015.

FERRARESI, Eurico. A pessoa física legitimada ativa à ação coletiva. In: GRINOVER, Ada Pellegrini; MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro; WATANABE, Kazuo (coords.). *Direito processual coletivo e o anteprojeto de Código Brasileiro de Processos Coletivos*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007. p. 136-143.

FERRAZ, Antônio Augusto Mello de Camargo. Ação civil pública, inquérito civil e o Ministério Público. In: MILARÉ, Édís (coord.). *Ação civil pública: 15 anos*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2001. p. 84-100.

_____. Inquérito civil: dez anos de um instrumento de cidadania. In: MILARÉ, Édís (coord.). *Ação civil pública*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1995. p. 62-69.

- FILOMENO, José Geraldo Brito. Ação coletiva consumerista: origens e evolução. In: MILARÉ, Édís (coord.). *Ação civil pública após 30 anos*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015. p. 461-476.
- FISS, Owen. *Um novo processo civil*. Coord. Trad. Carlos Alberto de Salles. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.
- FITZPATRICK, Brian T. An empirical study of class action settlements and their fee awards. *Journal of empirical legal studies*. Ithaca: Cornell Law School, v. 7, n. 4, p. 811-846, 2010.
- FORNACIARI, Flávia Hellmeister Clito. *Representatividade adequada nos processos coletivos*. Tese de doutorado. São Paulo: Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2010.
- FREIRE, Rodrigo da Cunha Lima. *Condições da ação: enfoque sobre o interesse de agir*. 3.ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.
- FRIEDENTHAL, Jack H.; KANE, Mary Kay; MILLER, Arthur R. *Civil procedure*. 4.ed. Saint Paul: Thomson West, 2005.
- GAJARDONI, Fernando da Fonseca. *Comentários à nova Lei de Mandado de Segurança*. São Paulo: Método, 2009.
- _____. O processo coletivo refém do individualismo. In: ZANETI JR., Hermes (coord.). *Processo Coletivo*. Salvador: JusPodivm, 2016. p. 133-156.
- GALLOTTI, Carolina. Pertinência temática nas ações coletivas. *Revista de Processo*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, v. 142, p. 168-184, dez. 2006.
- GAMBÔA, João Carlos Corsini. *As condições da ação coletiva para defesa de direitos individuais homogêneos – Comparação com as class actions do direito norte-americano*. Dissertação de mestrado. São Paulo: Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 1999.
- GARNER, Bryan A. (editor). *Black's Law Dictionary*. 8.ed. Saint Paul: Thomson West, 2004.
- GIDI, Antônio. *A class action como instrumento de tutela coletiva dos direitos*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.
- _____. Class Actions in Brazil – A Model for Civil Law Countries. *University of Houston Law Center, Public Law and Legal Theory Research Paper Series*. Houston: Houston Law Center RPS, v. 2006-A-11, p. 311-408, 2006.
- _____. *Coisa julgada e litispendência em ações coletivas*. São Paulo: Saraiva, 1995.
- _____. *Rumo a um Código de Processo Civil coletivo: a codificação das ações coletivas no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

GLENN, H. Patrick. *Legal Traditions of the world*. 4.ed. Oxford: Oxford Press, 2010.

GOES, Gisele Santos Fernandes. Amicus curiae e sua função nos processos objetivos. Necessidade de universalização do instituto para outras demandas. In: DIDIER JR., Fredie; CERQUEIRA, Luis Otávio Sequeira de; CALMON FILHO, Petrônio; *et al* (coords.). *O terceiro no processo civil brasileiro e assuntos correlatos: Estudos em homenagem ao professor Athos Gusmão Carneiro*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010. p. 265-276.

GRINOVER, Ada Pellegrini. A ação civil pública no STJ. In: *A Marcha do processo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. p. 24-41.

_____. A problemática dos interesses difusos. In: GRINOVER, Ada Pellegrini (coord.). *A tutela dos interesses difusos*. São Paulo: Max Limonad, 1984. p. 29-45.

_____. A tutela jurisdicional dos interesses difusos. In: GRINOVER, Ada Pellegrini; *et al.* (orgs.). *Processo Coletivo: do surgimento à atualidade*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014. p. 39-60.

_____. Ações coletivas ibero-americanas: novas questões sobre a legitimação e a coisa julgada. *Revista Forense*. Rio de Janeiro: Forense, v. 361, n. 98, p. 3-12, maio-jun. 2002.

_____. Ações coletivas para a tutela do ambiente e dos consumidores. *Revista de Processo*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, v. 44, p. 113-128, out.-dez. 1986.

_____. Assistência judiciária e acesso à justiça. In: *Novas tendências do direito processual*. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990. p. 243-251.

_____. Da class action for damages à ação de classe brasileira: os requisitos de admissibilidade. In: GRINOVER, Ada Pellegrini *et al.* (orgs.). *Processo Coletivo: do surgimento à atualidade*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014. p. 171-186.

_____. *Ensaio sobre a processualidade: fundamentos para uma nova teoria do processo*. Brasília: Gazeta Jurídica, 2016.

_____. Legitimidade da Defensoria Pública para ação civil pública. *Revista de Processo*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, v. 165, p. 299-317, nov. 2008.

_____. Mandado de segurança coletivo: legitimação, objeto e coisa julgada. In: *O processo em evolução*. Rio de Janeiro: Forense, 1996. p. 97-106.

_____. O novo processo do consumidor. In: *O processo em evolução*. Rio de Janeiro: Forense, 1996. p. 124-137.

_____. Relatório geral – Civil Law. In: GRINOVER, Ada Pellegrini; WATANABE, Kazuo; MULLENIX, Linda. *Os processos coletivos nos países de civil law e common law: uma análise de direito comparado*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008. p. 17-252.

GRINOVER, Ada Pellegrini. Réquiem para a reforma dos processos coletivos. *Revista do Advogado*. São Paulo: Associação dos Advogados de São Paulo, v. 130, p. 9-13, ago. 2016, Ano XXXVI.

_____. Uma nova modalidade de legitimação à ação popular. Possibilidade de conexão, continência e litispendência. In: Milaré, Edis (coord.). *Ação civil pública – Lei 7.347/85: Reminiscências e reflexões após dez anos de aplicação*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1995. p. 23-27.

GRINOVER, Ada Pellegrini *et al.* *Código brasileiro de defesa do consumidor comentado pelos autores do anteprojeto*. 8.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

HANDLER, Milton. The Shift from Substantive to Procedural Innovations in Antitrust Suits-The Twenty-Third Annual Antitrust Review. *Columbia Law Review*. Nova York: Columbia University Press, v. 71, p. 1-36, 1971.

HAREL, Alon; STEIN, Alex. Auctioning for loyalty: selecting and monitoring of class counsel. *Yale Law & Policy Review*. New Haven: Yale Law School, v. 22, p. 69-124, 2004.

HAZARD JR., Geoffrey C.; TARUFFO, Michele. *American civil procedure: an introduction*. New Haven: Yale University Press, 1993.

HENSLER, Deborah R. The global landscape of collective litigation. In: HENSLER, Deborah R.; HODGES, Christopher; TZANKOVA, Ianika. *Class action in context: how culture, economics and politics shape collective litigation*. Northampton: Edward Elgar, 2016. p. 3-19.

HENSLER, Deborah R. *et al.* *Class action dilemmas: pursuing public goals for private gain*. Santa Mônica: RAND Institute for Civil Justice, 2000.

HENSLER, Deborah R.; PETERSON, Mark A. Understanding mass personal injury litigation: a socio-legal analysis. *Brooklyn Law Review*. Brooklyn: Brooklyn Law School, v. 59, p. 961-1063, 1993-1994.

ISSACHAROFF, Samuel. Governance and legitimacy in the law of class actions. *The Supreme Court Review*. Chicago: The University of Chicago Press, v. 1999, p. 337-392, 1999.

JOLOWICZ, John Anthony. *On civil procedure*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

KAHAN, Marcel; SILBERMAN, Linda. Matsushita and beyond: The role of state courts in class actions involving exclusive federal claims. *Supreme Court Review*. Chicago: The University of Chicago Press, v. 1997, p. 219-283, 1997.

KAPLAN, Benjamin. Continuing work of the civil committee: 1966 amendments of the federal rules of civil procedure (I). *Harvard Law Review*. Cambridge: Harvard University Press, v. 81, p. 356-416, 1967.

- KAYE, Janice A.; SINEX, Donald F. The financial aspect of adequate representation under Rule 23(a)(4): a prerequisite to class certification? *University of Miami Law Review*. Coral Gables: University of Miami School of Law, v. 31, p. 651-673, 1977.
- KLONOFF, Robert H. *Class actions and other multi-party litigation in a nutshell*. Saint Paul: West Group, 1999.
- _____. The judiciary's flawed application of Rule 23's 'adequacy of representation' requirement. *Michigan State Law Review*. East Lansing: Detroit College of Law, v. 2004, p. 671-702, 2004.
- KLONOFF, Robert H; BILICH, Edward K. M.; MALVEAUX, Suzette M. *Class actions and other multiparty litigation: Cases and materials*. 2.ed. Saint Paul: Thompson West, 2006.
- KONIAK, Susan P. Through the looking glass of ethics and the wrong with rights we find there. *Georgetown Journal of Legal Ethics*. Washington: Georgetown Law, v. 9, p. 1-30, 1995.
- LAMY, Eduardo de Avelar; TEMER, Sofia Orberg. A representatividade adequada na tutela de direitos individuais homogêneos. In: GRINOVER, Ada Pellegrini *et al.* (orgs.). *Processo Coletivo: do surgimento à atualidade*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014. p. 911-930.
- LATZ, Todd W. Who can tell the futures? Protecting settlement class action members without notice. *Virginia Law Review*. Charlottesville: Virginia Law Review Association, v. 85, p. 531-568, abril 1999.
- LEAL, Márcio Flávio Mafra. *Ações coletivas*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.
- _____. *Ações Coletivas: história, teoria e prática*. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1998.
- LENZA, Pedro. *Teoria Geral da ação civil pública*. 3.ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008.
- LEONEL, Ricardo de Barros. *Manual de Processo Coletivo*. 2.ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.
- LEWANDOWSKI, Enrique Ricardo. Reflexões em torno do princípio republicano. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*. São Paulo: Universidade de São Paulo, v. 100, p. 189-200, 2005.
- LIEBMAN, Enrico Tullio. O despacho saneador e o julgamento do mérito. In: *Estudos sobre o processo civil brasileiro*. São Paulo: Saraiva, 1947.

LIEBMAN, Enrico Tullio. *Eficácia e autoridade da sentença e outros escritos sobre a coisa julgada*. Trad. Alfredo Buzaid, Benvindo Aires e Ada Pellegrini Grinover. 4.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

_____. *Manual de Direito Processual Civil*. Trad. Cândido Rangel Dinamarco. Rio de Janeiro: Forense, 1984. v. I.

LIMA, José Reinaldo de. Justiça e Poder Judiciário ou a virtude confronta a instituição. *Revista USP*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Superintendência de Comunicação Social, v. 21, p. 23-33, mar.-maio 1994.

LIPSET, Seymour Martin. *American Excepcionalism: a double-edged sword*. Nova York: W. W. Norton, 1996.

LOWMAN, Michael K. The litigating amicus curiae: when does the party begin after the friends leave? *The American University Law Review*. Washington: Washington College of Law, v. 41, n. 4, p. 1243-1299, out.-dez. 1992.

MAIA, Diogo Campos Medina. A ação coletiva passiva: o retrospecto histórico de uma necessidade presente. In: GRINOVER, Ada Pellegrini; MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro; WATANABE, Kazuo (coords.). *Direito Processual coletivo e o anteprojeto de código brasileiro de Processos Coletivos*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007. p. 321-344.

MAIA, Maurílio Casas. A legitimidade coletiva da Defensoria Pública para a tutela de segmentos sociais vulneráveis. *Revista de Direito do Consumidor*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, v. 101, p. 351-383, set.-out. 2015.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. *Ação civil pública*. 13.ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.

_____. Ação civil pública como instrumento de controle judicial das chamadas políticas públicas. In: MILARÉ, Édís (coord.). *Ação Civil Pública - Lei 7.347/85: 15 anos*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2001. p. 707-751.

_____. *Ação popular*. 8.ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. *Interesses Difusos – Conceito e legitimação para agir*. 6.ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.

_____. Interesses difusos e coletivos. *Revista dos Tribunais*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, v. 747, p. 67-84, jan. 1998.

_____. *Jurisdição coletiva e coisa julgada*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

MARCOS, Rui de Figueiredo; MATHIAS, Carlos Fernando; NORONHA, Ibsen. *História do Direito Brasileiro*. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

- MARCUS, David. Making adequacy more adequate. *Texas Law Review*. Austin: University of Texas School of Law, v. 88, p. 137-147, 2010.
- MARTINS, Ives Gandra da Silva. Ação civil pública é veículo processual imprestável para proteção de direitos individuais disponíveis. *Revista dos Tribunais*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, v. 707, p. 19-32, set. 1994.
- MATTOS, Luiz Norton Baptista de. A litispendência e a coisa julgada nas ações coletivas segundo o Código de Defesa do Consumidor e os anteprojetos do Código Brasileiro de Processos Coletivos. In: GRINOVER, Ada Pellegrini; MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro; WATANABE, Kazuo (coords.). *Direito processual coletivo e o anteprojeto de Código Brasileiro de Processos Coletivos*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007. p. 194-215.
- MAZZILLI, Hugo Nigro. *A defesa dos interesses difusos em juiz*. 18.ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
- _____. O processo coletivo e o Código de Processo Civil de 2015. In: ZANETI JR., Hermes (coord.). *Processo Coletivo*. Salvador: JusPodivm, 2016. p. 185-214.
- MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro. *Ações coletivas e meios de resolução coletiva de conflitos no direito comparado e nacional*. 3.ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012.
- MENDES, Gilmar Ferreira. *Controle abstrato de constitucionalidade: ADI, ADC e ADO*. São Paulo: Saraiva, 2012.
- MINNITI, Cindy Schmitt. The Fundamentals of class action certification. In: *Recent trends in class action lawsuits*. Nova York: Thomson Reuters/Aspatore, 2015. p. 7-26.
- MIRRA, Álvaro Luiz Váleriy. A legitimidade ativa do Ministério Público para a defesa dos direitos individuais homogêneos. In: SALLES, Carlos Alberto de; SILVA, Solange Teles da; NUSDEO, Ana Maria de Oliveira (orgs.). *Processos coletivos e tutela ambiental*. Santos: Leopoldianum, 2006. p. 35-68.
- _____. Ação civil pública em defesa do meio ambiente: a representatividade adequada dos entes intermediários legitimados para a causa. In: MILARÉ, Edis (coord.). *A ação civil pública após 20 anos: efetividade e desafios*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005. p. 33-57.
- _____. Associações civis e a defesa dos interesses difusos em juízo: do direito vigente ao projetado. In: GRINOVER, Ada Pellegrini; MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro; WATANABE, Kazuo. *Direito Processual Coletivo e o anteprojeto de Código Brasileiro de Processos Coletivos*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007. p. 114-135.
- _____. Um estudo sobre a legitimação para agir no direito processual civil – A legitimação ordinária do autor popular. *Revista dos Tribunais*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, v. 618, p. 34-47, abr. 1987.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. A ação civil pública e a língua portuguesa. In: MILARÉ, Édís. *Ação Civil Pública – Lei 7.347/1985: 15 anos*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2001. p. 304-308.

_____. A ação popular do direito brasileiro como instrumento de tutela jurisdicional dos chamados “interesses difusos”. In: GRINOVER, Ada Pellegrini *et al.* (orgs.). *Processo Coletivo: do surgimento à atualidade*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014. p. 25-38.

_____. Apontamento para um estudo sistemático da legitimação extraordinária. In: *Direito processual civil (ensaios e pareceres)*. Rio de Janeiro: Borsoi, 1971. p. 55-65.

_____. *Comentários ao Código de Processo Civil*. Rio de Janeiro: Forense, 2003. v. 5.

_____. La iniciativa en la defensa judicial de los intereses difusos y colectivos (un aspecto de la experiencia brasileña). *Revista de Processo*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, v. 68, p. 55-58, out.-dez. 1992.

_____. Notas sobre o problema da efetividade do processo. *Revista AJURIS*. Porto Alegre: Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul, v. 29, p. 77-94, nov. 1983.

_____. O futuro da justiça: alguns mitos. In: *Temas de Direito Processual*. São Paulo: Saraiva, 2004. Oitava série, p. 1-14.

_____. O juiz e a prova. *Revista de Processo*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, v. 35, p. 178-184, jul. 1985.

_____. Tutela jurisdicional dos interesses coletivos ou difusos. In: GRINOVER, Ada Pellegrini; *et al* (orgs.). *Processo Coletivo: do surgimento à atualidade*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014. p. 71-96.

MULHERON, Rachel. *The class action in common law legal systems: a comparative perspective*. Oxford: Hart Publishing, 2004.

MULLENIX, Linda. General Report – Common Law. In: GRINOVER, Ada Pellegrini; WATANABE, Kazuo; MULLENIX, Linda. *Os processos coletivos nos países de civil law e common law*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008. p. 253-300.

_____. Taking adequacy seriously: The inadequate assessment of adequacy in litigation and settlement classes. *Vanderbilt Law Review* Nashville: Vanderbilt University Law School, v. 57, p. 1687-1745, 2004.

NAGAREDA, Richard A. Administering adequacy in class representation. *Texas Law Review*. Austin: University of Texas School of Law, v. 82, p. 287-380, 2003.

_____. *The law of class actions and other aggregate litigation*. Nova York: Foundation Press, 2009.

- NERY JUNIOR, Nelson. O Ministério Público e as ações coletivas. In: MILARÉ, Édís (coord.). *Ação civil pública*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1995. p. 356-366.
- NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. *Código de Processo Civil comentado e legislação extravagante*. 12.ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012.
- _____. *Leis civis comentadas*. 3.ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012.
- NEVES, Daniel Amorim Assumpção. *Manual de Processo Coletivo*. 3.ed. Salvador: JusPodivm, 2016.
- NOYA, Felipe Silva. *Representatividade e atuação adequada nas ações coletivas*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.
- OLIVEIRA, Cláudio Azevêdo da Cruz; MELO, Pedro J. Costa; FERREIRA, Rafael Silva. A intervenção do juiz na adequação do autor coletivo: um passo rumo a efetivação dos direitos fundamentais. In: DIDIER JR., Fredie; MOUTA, José Henrique (coords.). *Tutela Jurisdicional Coletiva*. Salvador: JusPodivm, 2008. p. 145-165.
- OLIVEIRA, Swarai Cervone de. *Poderes do juiz nas ações coletivas*. São Paulo: Atlas, 2009.
- OLIVEIRA JR., Waldemar Mariz de. Tutela jurisdicional dos interesses coletivos. In: GRINOVER, Ada Pellegrini (coord.). *A tutela dos interesses difusos*. São Paulo: Max Limonad, 1984. p. 9-28.
- PACE, Nicholas M. Group and aggregate litigation in the United States. *The annals of the American academy of political and social science*. Filadélfia: Sage, v. 622, p. 32-40, mar. 2009.
- PASSOS, J. J. Calmon de. Democracia, participação e processo. In: GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel; WATANABE, Kazuo (coords.). *Participação e processo*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1988. p. 83-98.
- _____. Substituição processual e interesses difusos, coletivos e homogêneos. Vale a pena “pensar” de novo? *Livro de Estudos Jurídicos*. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos Jurídicos, v. 6, p. 267-283, 1993.
- PISANI, Andrea Proto. Appunti preliminari per uno studio sulla tutela giurisdizionale degli interesse collettivi (o piu esttamente: superindividuali) innanzi al giudice civile ordinaria. *Rivista Diritto e Giurisprudenza*. Milão: Giufrè, v. 89, n. 6, p. 263-286, 1974.
- POLIDORA, Roxane A. Changes in the class action landscape: a defense perspective. In: *Recent trends in class action lawsuits*. Nova York: Thomson Reuters/Aspatore, 2015. p. 97-114.
- POSNER, Richard A. *Economic analysis of the law*. 5.ed. Austin: Wolters Kluwer, 1998.

- PRÁ, Carlos Gustavo Rodrigues Del. *Amicus Curiae* – instrumento de participação democrática e de aperfeiçoamento da prestação jurisprudencial. Curitiba: Juruá, 2011.
- PUOLI, José Carlos Baptista. Comentários à lei da ação civil pública – art. 1º. In: COSTA, Susana Henriques da (coord.). *Comentários à Lei da Ação Civil Pública e lei da ação popular*. São Paulo: Quartier Latin, 2006. p. 316-335.
- RATLIFF, Jack. Parens patriae: an overview. *Tulane Law Review*. Nova Orleans: Tulane University Law School, v. 74, p. 1847-1858, 1999-2000.
- RÉ, Aluisio Iunes Monti Ruggeri. A defensoria Pública como instrumento de acesso à justiça coletiva: legitimidade ativa e pertinência temática. *Revista de Processo* São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, v. 167, p. 231-249, dez. 2008.
- REDISH, Martin H. *Wholesale justice: Constitutional democracy and the problem of class action lawsuit*. Stanford: Stanford University Press, 2009.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*. São Paulo: Schwarcz, 2015.
- RODRIGUES, Marcelo Abelha. *Ação civil pública e meio ambiente*. São Paulo: Forense Universitária, 2003.
- _____. *Fundamentos da tutela coletiva*. Brasília: Gazeta Jurídica, 2017.
- ROQUE, André Vasconcelos. *Class actions – ações coletivas nos Estados Unidos: o que podemos aprender com eles?* Salvador: JusPodivm, 2013.
- _____. Origens históricas da tutela coletiva: da actio popularis romana às class actions norte-americanas. *Revista de Processo*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, v. 188, p. 101-146, out. 2010.
- RUBENSTEIN, William. Why enable litigation? A positive externalities theory of the small claims class action. *UMKC Law Review*. Kansas: University of Missouri-Kansas City School of Law, v. 74, p. 1-22, 2006.
- RUBENSTEIN, William; CONTE, Alba; NEWBERG, Herbert H. *Newberg on Class Actions*. 5.ed. Saint Paul: Thomson Reuters, 2011. v. 1.
- _____. *Newberg on Class Actions*. 5.ed. Saint Paul: Thomson Reuters, 2012. v. 2.
- SACCO, Rodolfo. *Introdução ao Direito Comparado*. Trad. Véra Jacob de Fradera. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2001.
- SALLES, Carlos Alberto de. A proteção judicial de interesses difusos e coletivos: funções e significados. In: SALLES, Carlos Alberto de (org.). *Processo civil e interesse público*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003. p. 131-138.

- SALLES, Carlos Alberto de. Class actions: algumas premissas para comparação. In: GRINOVER, Ada Pellegrini *et al.* (orgs.). *Processo Coletivo: do surgimento à atualidade*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014. p. 239-256.
- _____. Políticas públicas e legitimidade para defesa de interesses difusos e coletivos. *Revista de Processo*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, v. 121, p. 38-50, mar. 2006.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para uma revolução democrática da Justiça*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- _____. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 7.ed. Porto: Edições Afrontamento, 1999.
- SCIALOJA, Vittorio. *Procedimiento civil romano*. Trad. Santiago Sentis Melendo e Marino Ayerra Redin. Buenos Aires: Ediciones Jurídicas Europa-América, 1953.
- SHIMURA, Sérgio Seiji. *Tutela coletiva e sua efetividade*. São Paulo: Método, 2006.
- SILVA, José Afonso da. *Ação popular constitucional: doutrina e processo*. 2.ed. São Paulo: Malheiros, 2007.
- _____. *Comentário contextual à Constituição*. 3.ed. São Paulo: Malheiros, 2007.
- _____. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 19.ed. São Paulo: Malheiros, 2001.
- SILVA, Ovídio Batista da. Democracia moderna e processo civil. In: GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel; WATANABE, Kazuo (coords.). *Participação e processo*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1988. p. 98-113.
- SILVER, Charles; BAKER, Lynn. I cut, you choose: the role of plaintiffs' counsel in allocating settlement proceeds. *Virginia Law Review*. Charlottesville: Virginia Law Review Association, v. 84, p. 1465-1540, 1998.
- SILVESTRI, Elisabeta. L'amicus curiae: uno strumento per la tutela degli interessi non rappresentati. *Rivista Trimestrale di Diritto e Procedura Civile*. Milão: Giuffrè, v. 3, p. 679-698, set. 1997, ano LI.
- STRECK, Lênio. *Legal opinion: ADI 3943 – A pertinência dos embargos para declaração sobre a necessidade (ou não) da comprovação de hipossuficiência e a explicitação acerca do conceito de carência de recursos*. Conjur. Disponível em: <http://s.conjur.com.br/dl/streck-defensor-debatem-competencia1.pdf>. Acesso em: 1º jun. 2017.
- TALAMINI, Eduardo. A dimensão coletiva dos direitos individuais homogêneos: ações coletivas e os mecanismos previstos no Código de Processo Civil. In: ZANETI JR., Hermes (coord.). *Processo Coletivo*. Salvador: JusPodivm, 2016. p. 109-132.

- TALAMINI, Eduardo. *Amicus Curiae no CPC/15*. Migalhas. Disponível em: <http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI234923,71043-Amicus+curiae+no+CPC15>. Acesso em: 21 maio 2017.
- TARTUCE, Fernanda. *Igualdade e vulnerabilidade no Processo Civil*. Rio de Janeiro: Forense, 2012.
- TARUFFO, Michele. Observações sobre os modelos processuais de civil law e de common law. Trad. José Carlos Barbosa Moreira. *Revista de Processo*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, v. 110, p. 141-158, abr.-jun. 2003.
- TAVARES, Osvaldo Hamilton. A CVM como amicus curiae. *Revista dos Tribunais*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, v. 690, p. 286-287, abril 1993.
- THEODORO JR., Humberto. *Curso de Direito Processual Civil*. 52.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011. v. 1.
- TIDMARSH, Jay. Rethinking adequacy of representation. *Texas Law Review*. Austin: University of Texas School of Law, v. 87, p. 1137-1203, 2009.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. *A democracia na América*. Trad. Neil Ribeiro da Silva. 3.ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987.
- TUCCI, Rogério Lauria. Ação civil pública: abusiva utilização pelo Ministério Público e distorção pelo Poder Judiciário. *Revista dos Tribunais*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, v. 802, p. 27-53, ago. 2002.
- VENTURI, Elton. *Processo Civil Coletivo*. São Paulo: Malheiros, 2007.
- VERNER JR., Jimmy L. Numerosity and Federal Rule 23: How many is too many? *UMKC Law Review*. Kansas: University of Missouri-Kansas City School of Law, v. 49, p. 312-319, 1980-1981.
- VIGLIAR, José Marcelo Menezes. *Interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos*. Salvador: JusPodivm, 2005.
- VIGORITI, Vincenzo. *Interessi collettivi e processo: La legittimazione ad agire*. Milão: Giuffrè, 1979.
- VIOLIN, Jordão. *Ação coletiva passiva*. Salvador: JusPodivm, 2008.
- _____. *Protagonismo Judiciário e processo coletivo estrutural – O controle jurisdicional de decisões políticas*. Salvador: JusPodivm, 2012.
- VITORELLI, Edilson. *O devido processo legal coletivo*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016.
- WALD, Arnoldo. Usos e abusos da ação civil pública: análise de sua patologia. *Revista AJURIS*. Porto Alegre: Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul, v. 61, p. 75-98, jul. 1994.

- WAMBIER, Luiz Rodrigues; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; MEDINA, José Miguel García. *Breves Comentários à nova sistemática processual civil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.
- WATANABE, Kazuo. Acesso à justiça e sociedade moderna. In: GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel; WATANABE, Kazuo. *Participação e processo*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1988. p. 128-135.
- _____. *Da cognição no processo civil*. 3.ed. São Paulo: DPJ, 2005.
- _____. Demandas Coletivas e os problemas emergentes da práxis forense. *Revista de Processo*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, v. 67, p. 15-25, jul-set. 1992.
- _____. Relação entre demanda coletiva e demandas individuais. In: GRINOVER, Ada Pellegrini; WATANABE, Kazuo; MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro (Coords.). *Direito processual coletivo e o anteprojeto de Código Brasileiro de Processos Coletivos*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007. p. 156-160.
- _____. Tutela jurisdicional dos interesses difusos: a legitimação para agir. In: GRINOVER, Ada Pellegrini *et al.* (orgs.). *Processo Coletivo: do surgimento à atualidade*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014. p. 61-70.
- WESTBY, Sarah. Associations to the Rescue: Reviving the Consumer Class Action in the United States and Italy. *Transational Law and Contemporary Problems Law Review*. Iowa: The University of Iowa College of Law, v. 20-1, p. 157-196, maio 2011.
- WILLGING, Thomas E.; HOOPER, Loral L.; NIEMIC, Robert J. An empirical analysis of Rule 23 to address the rulemaking challenges. *New York University Law Review*. Nova York: New York University School of Law, v. 71, p. 74-185, abr.-maio 1996.
- WOLFSON, Barry M. Defendant class actions. *Ohio State Law Journal*. Columbus: Ohio State Law - Moritz College of Law, v. 38, p. 459-497, 1977.
- WOOLLEY, Patrick. Collateral attack and the role of adequate representation in class suits for money damages. *Kansas Law Review*. Lawrence: University of Kansas School of Law, v. 58, p. 917-977, 2010.
- _____. The availability of collateral attack for inadequate representation in class suits. *Texas Law Review*. Austin: University of Texas School of Law, v. 79, p. 383-446, 2000-2001.
- WRIGHT, Charles A.; MILLER, Arthur R.; KANE, Mary K. *Federal Practice and Procedure*. 3.ed. Nova York: Thomson/West, 2005. v. 7A e 7B.
- YEAZELL, Stephen C. From group litigation to class action part 1: The industrialization of group litigation. *UCLA Law Review*. Los Angeles: UCLA Press, v. 27, p. 515-564, 1979-1980.

YEAZELL, Stephen C. From group litigation to class action part 2: Interest, class, and representation. *UCLA Law Review*. Los Angeles: UCLA Press, v. 27, p. 1067-1121, 1979-1980.

_____. *Civil Procedure*. 8.ed. Nova York: Wolters Kluwer, 2012.

_____. *From medieval group litigation to the modern class action*. New Haven: Yale University Press, 1987.

_____. Group litigation and social context: toward a history of the class action. *Columbia Law Review*. Nova York: Columbia University Press, v. 77, p. 866-896, 1977.

ZANETI JR., Hermes. A tutela dos direitos coletivos deve ser preservada no Novo Código de Processo Civil: o modelo combinado de remédios e direitos como garantia de tutela. In: ZANETI JR., Hermes (coord.). *Processo Coletivo*. Salvador: JusPodivm, 2016. p. 23-48.

ZANETI JR., Hermes; FERREIRA, Carlos Frederico Bastos; ALVES, Gustavo Silva. A ratio decidendi do precedente STF/RE 573.232/SC: substituição processual v. representação processual. Desnecessidade de autorização assemblear nas ações coletivas em defesa ao consumidor. *Revista de Direito do Consumidor*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, v. 108, p. 161-187, nov.-dez. 2016.

ZAVASCKI, Teori Albino. *Processo Coletivo – Tutela dos direitos coletivos e tutela coletiva de direitos*. 7.ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017.

_____. Reforma do sistema processual civil brasileiro e reclassificação da tutela jurisdicional. *Revista de Processo*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, v. 88, p. 173-178, out.-dez. 1997.

ZUFELATO, Camilo. Ação coletiva passiva no direito brasileiro: necessidade de regulamentação legal. In: GOZZOLI, Maria Clara *et al.* (coords.). *Em defesa de um novo sistema de processos coletivos: Estudos em homenagem a Ada Pellegrini Grinover*. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 89-142.

_____. *Coisa julgada coletiva*. São Paulo: Saraiva, 2011.

_____. O caso “rolezinho” como ação coletiva passiva e a intervenção da Defensoria Pública para garantir representatividade adequada do grupo. *Revista de Processo*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, v. 253, p. 273-298, mar. 2016.